

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas (Urso) e preencha o círculo da opção correta de cada prova.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços em branco deixados na folha de respostas, e o espaço reservado para o sistema de avaliação do caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe

INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Ética Kátia Lima

Julgue os itens abaixo sobre ética geral, ética no serviço público, ética e função pública, tendo como base os Decretos n. 1.171/1994 e 6.029/2007.

- 1 Os valores morais são universais, abstratos, repassados entre gerações e perpetuados através de normas éticas.
- 2 O servidor público tem como dever fundamental o respeito a hierarquia de forma absoluta e sem exceções, para resguardar a ordem e a segurança nas relações intragrupo.
- 3 A Comissão de Ética Pública (CEP) é formada por sete cidadãos escolhido por eleição entre servidores públicos estáveis e possuem mandatos de três anos com uma recondução.

Direito Constitucional Ricardo Blanco

Julgue os itens abaixo em relação aos direitos individuais.

- 4 É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- 5 A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- 6 A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Julgue o item em relação aos direitos sociais.

- 7 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Julgue os itens a seguir em relação à Administração Pública.

- 8 A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 9 O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- 10 Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Direito Administrativo Rodrigo Cardoso

Julgue os itens abaixo considerando os aspectos do Direito Administrativo.

- 11 Atributos dos atos administrativos são as características que permitem afirmar que eles se submetem a um regime jurídico que os distinguem do regime jurídico dos atos praticados pelos particulares. Dentre eles, consta o da presunção de legitimidade, segundo o qual, tão logo praticados, os atos administrativos podem ser imediatamente executados sem intervenção prévia do Poder Judiciário.
- 12 A convalidação do ato administrativo produz efeitos ex tunc, ou seja, a retroage ao momento em que o ato foi praticado. Ainda é possível afirmar que a jurisprudência entende que o ato impugnado na esfera administrativo não poderá ser convalidado.
- 13 A administração pública poderá delegar aos particulares a execução de determinado serviço público, mediante concessão, que constitui ato administrativo unilateral vinculado, pois, decorre de licitação pública.
- 14 O poder hierárquico pode ser exercido por meio de recursos administrativos. O recurso tem como característica a possibilidade da reformatio in pejus (reforma em prejuízo).

- 15 Entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, não podem exercer atividade de natureza lucrativa.
- 16 Ação popular é instrumento válido para anular ato lesivo a moralidade administrativa, podendo ser realizado controle de mérito ou de legalidade do ato impugnado.
- 17 Dano ao particular derivado de conduta lícita do Estado poderá gerar obrigação de indenizar.

Gramática/Texto

Vânia de Araújo

Idosos voltam a estudar depois de aposentados e melhoram de vida

Desde cedo, ela percebeu que tinha facilidade para trabalhar com crianças. Essa é Ana Maria Cardoso Cabral, 60 anos, que, antes de trabalhar em Unidades Intensiva de Tratamento Neonatais como enfermeira, em São Luís (MA), sonhava em fazer faculdade de psicologia. No entanto, o desejo foi deixado de lado, porque o mais viável, naquele momento, era trabalhar em hospitais. Ana Maria é formada em técnico de enfermagem e, em 1986, passou para o concurso do Hospital Universitário Materno Infantil, onde não tinha uma rotina fácil. “Trabalhei por 30 anos naquele local e me aposentei há três anos”, conta. Mesmo como enfermeira, ela conseguiu trabalhar próximo àquilo que sempre quis, com crianças. O sonho de fazer pedagogia foi deixado de lado por alguns anos, mas ela nunca desistiu de estudar, mesmo que esporadicamente, para o vestibular da universidade da região. Dessa forma, depois de quase 36 anos, entre abandonos e retomadas, a profissional de saúde finalmente realizou o sonho dela: passar para o curso de pedagogia, na Universidade Federal do Maranhão. A previsão é de que as aulas comecem em setembro, quando ela estará com 61 anos. Ana Maria diz que não quer fazer faculdade apenas pelo conhecimento, ela pretende cumprir a missão de ajudar crianças a ler e a escrever. “Estou aposentada, então, depois de me formar, quero fazer um trabalho de educação por excelência”, diz ela, orgulhosa. Maria do Socorro Sousa, 83 anos, também é maranhense, de São Luís, e servidora pública aposentada desde 1990. Apesar de hoje ter um negócio de moda e ter começado costurando, formou-se em 1977, no curso de Administração de Empresas. Além disso, é pós-graduada em análise organizacional pela Fundação Getúlio Vargas. Mas, depois que se aposentou, tornou-se, de fato, empreendedora. Primeiramente, fez um curso de moda praia e fitness, e, em 1992, capacitou-se em modelagem industrial e abriu sua empresa como hobby, para preencher seu tempo enquanto aposentada. No entanto, sentia com o dia a dia da empresa, a necessidade cada vez maior de se profissionalizar. Naquele momento, ela também fez cursos de empreendedorismo. A empresária afirma que é fundamental se preparar constantemente como profissional.

“Principalmente, para o empreendedor, que precisa sempre estar atualizado. O mercado já é concorrido, então, é necessário acompanhar o que está ocorrendo”, diz. “A moda vai e volta, é como uma onda, mas é preciso estar preparado”, aconselha a experiente empresária do ramo, com mais de 30 anos no setor. Elias Ribeiro, 60 anos, estuda filosofia na Universidade de Brasília (UnB). Entrou no curso em 2013, mas não tem pressa para se formar porque o objetivo não é ter um canudo, mas adquirir conhecimento. Aposentado, desde 2016, do Banco do Brasil, o objetivo do ex-bancário não é conseguir uma colocação profissional. “Estudo porque gosto”, conta. “Quando não estou frequentando escola regular, utilizo o método autodidata”, revela. Ele diz não se preocupar com o futuro, economicamente falando. O que precisava ser feito nessa área, considera realizado. Segundo ele, pensa ainda em poder contribuir com algo que ajude a sociedade brasileira a aumentar o trabalho de filantropia. “Entrei para a filosofia porque queria transmitir para outras pessoas esse gosto. Vejo vantagem em estar sempre estudando. Penso, também, que a filosofia tem um grande valor, porque o que modifica o mundo não é o dinheiro, a tecnologia ou a ciência, são as ideias. Os conceitos são a base da filosofia”, considera.

Extraído de: <https://www.correiobraziliense.com.br/trabalho-e-formacao/idosos-voltam-a-estudar-depois-de-aposentados-e-melhoram-de-vida> em 16/08/2021 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto precedente, julgue os itens seguintes.

- 18 Embora tenha predominância dissertativa, o texto apresenta características marcadamente narrativas.
- 19 As informações do texto indicam que todos os aposentados mencionados começaram sua carreira realizando atividades das quais não gostavam.

Errado.

- 20 A reescrita do trecho “realizou o sonho dela” (l.17) como “realizou o seu sonho” preserva as relações de sentido do texto.
- 21 O texto tem como finalidade incentivar as pessoas a buscar uma nova atividade profissional, após a aposentadoria, para não se sentirem inúteis.
- 22 A expressão informal “o objetivo não é ter um canudo, mas adquirir conhecimento” (l.32-33) permite ao leitor compreender que o objetivo não é o de apenas conquistar um diploma, mas sim de adquirir mais conhecimento.
- 23 Subjaz, no texto, a ideia de que os aposentados mencionados se conhecem.

24 Pode-se depreender das informações do texto que, por causa da aposentadoria, todas as pessoas mencionadas precisaram voltar a estudar e trabalhar para complementarem a sua renda.

25 Com a expressão “utilizo o método autodidata” (l.51), o autor do texto quer dizer que procura adquirir conhecimentos de forma autônoma, administrando o seu próprio processo de estudo.

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens subsecutivos.

26 Na linha 2, a substituição do termo “essa” por **esta** manteria a correção gramatical e a relação de sentido do trecho em que se insere.

27 O pronome relativo “onde” (l.9) pode ser substituído, sem prejuízo para a correção gramatical e os sentidos do trecho em que se insere, pela expressão **no qual**.

O pronome relativo “onde”, por retomar anaforicamente o termo “Hospital Universitário Materno Infantil”, pode ser substituído pela expressão **no qual** sem causar prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos do trecho em que se insere.

28 Mantém-se a correção gramatical do texto com a supressão do acento indicativo de crase do termo “àquilo”, na linha 7.

29 No período em que aparece, o vocábulo “esporadicamente” (l.14-15) tem o mesmo sentido de “de modo esparsa”.

30 A substituição da locução “Apesar de” (l.26-27) pelo vocábulo **Conquanto** preserva a correção gramatical e as relações de sentido do texto.

31 Os vocábulos “*fitness*” (l.32) e “*hobby*” (l.33) constituem anglicismos incorporados à língua portuguesa.

Os anglicismos são os termos derivados do inglês, usados frequentemente na língua portuguesa. O vocábulo “*fitness*” significa “boa forma física”. Já, o vocábulo “*hobby*” significa “passatempo, atividade praticada com prazer”.

Obs.: Ambas as palavras são usadas na língua portuguesa em sua forma original, ou seja, não foram aportuguesadas.

32 Caso se reescreva o trecho “porque o que modifica o mundo não é o dinheiro, a tecnologia ou a ciência, são as ideias. Os conceitos são a base da filosofia” (L.58-60) como “*porque são as ideias que modificam o mundo, não o dinheiro, a tecnologia ou a ciência. A base da filosofia é os conceitos.*”, preservam-se a correção gramatical e as relações de sentido do texto.

Redação Oficial

Lucas Lemos

Considerando os interlocutores envolvidos em atos comunicativos mediados por textos oficiais, julgue os itens seguintes conforme o Manual de Redação Oficial da Presidência da República.

33 Já que não existe padrão definido para a estrutura das mensagens enviadas por meio de correio eletrônico, não há orientações acerca da linguagem a ser empregada nessas comunicações.

34 Propor alguma medida e submeter projeto de ato normativo à consideração desse destinatário são alguns dos propósitos comunicativos da mensagem.

35 A comunicação *interministerial* é a exposição de motivos quando se dirige a mais de um ministro.

36 O documento conhecido como mensagem é o expediente oficial de que se serve o presidente da República para comunicar-se com os ministros de Estado.

37 Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento *digníssimo*.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

Considere a proposição P a seguir.

P: Se as novas unidades de atendimentos do INSS forem inauguradas, então o cidadão será beneficiado.

Com base nessas informações, julgue os itens.

38 O número de linhas na tabela-verdade da proposição P é menos de 5.

39 Caso a proposição “As novas unidades de atendimentos do INSS forem inauguradas” seja falsa, então a proposição P será necessariamente verdadeira.

40 A negativa da proposição P é dada por “Se as novas unidades de atendimentos do INSS forem inauguradas, então o cidadão não será beneficiado”.

41 A proposição P é equivalente a “Se as novas unidades de atendimentos do INSS não forem inauguradas, então o cidadão não será beneficiado”.

- 42** Em uma repartição pública, 40% dos servidores são homens e que 60% desses possuem algum curso superior. Então, a porcentagem de funcionários, dessa repartição, que são homens e possuem algum curso superior é igual a 24%.

Informática

Fabício Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 7 e 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo:

- 43** SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Zaracho, servidor público federal, em um computador no órgão onde trabalha, equipado com o Windows 10 PRO, precisou acessar remotamente o seu equipamento que estava em sua casa para acessar um determinado arquivo. ASSERTIVA: Zaracho terá que adquirir um programa próprio para acesso remoto, geralmente o TeamViewer que é utilizado especificamente para essa finalidade, visto que o Windows 10 não oferece ferramentas que atendam a necessidade dele.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item

- 44** A Intranet caracteriza-se por ser uma rede de acesso interno, restrita a circunscrição da empresa e acessada somente por pessoas devidamente autorizadas mediante login e senha. Porém, é possível que um servidor acesse a Intranet de um órgão público de maneira remota, utilizando uma VPN (virtual Private Network), por exemplo.

Sobre conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 45** Uma das características de um spyware é poder ser replicar de maneira autônoma pela rede.

Sobre conhecimentos relacionados ao Libre Office 7.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue os próximos itens.

- 46** No Writer, não é possível a inserção de fórmulas nas células das tabelas pois é um recurso presente apenas no Calc.

- 47** A planilha a seguir apresenta a situação de pessoas que pleitearam a suas aposentadorias, onde o S, significa SIM e o N significa NÃO.

	A	B
1	Nome	Aposentado
2	Mário Sales	S
3	Rodrigo Caixeta	N
4	Carlos Mário	S
5	César Ribeiro	N
6	Caio Neves	S
7		

Caso deseje, com base nesses dados, obter a quantidade de pessoas que conseguiram a aposentadoria e exibir o resultado em A7, o usuário poderá utilizar a seguinte fórmula: =CONT.SE(B2:B6;"S")

Regimento Jurídico Único

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens abaixo considerando a Lei n. 8.112/1990.

- 48** Um servidor, pregoeiro de determinado órgão público federal, foi demitido por supostamente favorecer um grupo de empresas nas licitações realizadas pelo órgão. Contudo, alguns anos após conseguiu anular sua demissão. Assertiva: o servidor deverá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado. Contudo, se o cargo tiver sido extinto, ficará em disponibilidade ou como excedente.
- 49** José, médico perito do INSS, ocupa outro cargo efetivo de médico no SUS. Por ser muito dedicado, foi nomeado para exercer cargo em comissão de direção no Ministério da Saúde. Assertiva: nesse caso, havendo compatibilidade de horário e local com o exercício de um dos cargos, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos envolvidos, José poderá ocupar o cargo em comissão com um efetivo.
- 50** Será destituído do cargo em comissão o servidor não ocupante de cargo efetivo que for punido com suspensão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Seguridade Social
(Direito Previdenciário)**

Carlos Machado

- 51** Referente ao *caput* do art. 194 da CF, “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. No que se refere às distinções entre as três grandes funções de governo que compõem a Seguridade Social, pode-se afirmar que a função de assistência social se destina aos segurados da Previdência Social mais carentes, ao passo que a previdência destina-se ao segurado que não tem plano próprio de previdência privada.
- 52** Conforme prevê a história mundial, a Previdência Social surgiu no ordenamento jurídico por meio da Lei de Bismark, na Alemanha, no ano de 1883. Entretanto, o tema só recebeu status constitucional algumas décadas depois com a Constituição do México (1917) e com a Constituição de Weimar (1919), também na Alemanha.
- 53** As contribuições sociais para a Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando a anterioridade anual.
- 54** O princípio da solidariedade contributiva está contemplado na Constituição, que prevê que a seguridade será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de contribuições sociais.
- 55** Sobre a relação previdenciária: filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações.
- 56** As Instruções Normativas do INSS estão num patamar de hierarquia superior as Portarias da Receita Federal do Brasil (RFB).
- 57** Entre os princípios constitucionais da Seguridade Social, tem-se o da Universalidade da Cobertura e do Atendimento, sendo que a Universalidade da Cobertura apresenta caráter objetivo ao passo que a Universalidade do Atendimento apresenta caráter subjetivo.
- 58** O operador do direito, um advogado da área previdenciária, por exemplo, ao se deparar com duas ou mais normas tratando do mesmo tema, deverá se utilizar dos seguintes artifícios para a resolver a lide normativa: emprego de Analogia, aplicação dos costumes e aplicação dos princípios gerais do direito.
- 59** A lei ordinária ou o ato de hierarquia equivalente, como a Medida Provisória, poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da Seguridade Social.
- 60** Atualmente, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) segue a sistemática do regime de repartição simples, que é aquele onde os trabalhadores contribuem para o sistema previdenciário, financiando os benefícios daqueles que se encontram inativos.
- 61** Belarmino, que não possui familiares conhecidos, ingressa com requerimento de concessão de aposentadoria por invalidez, pois se encontra impossibilitado de desenvolver sua atividade profissional (carpinteiro) e não tem condições de aprender novo ofício; está com artrose lombar degenerativa, em grau avançado, e tem setenta anos de idade; tendo sempre trabalhado como autônomo, mas jamais recolhendo contribuições previdenciárias. Assertiva: Belarmino tem direito à postulada aposentadoria por invalidez.
- 62** Consideram-se trabalhadores avulsos, entre outros, os que exercem capatazia e estiva, o amarrado de embarcação, o prático de barra em porto, o guindasteiro e o pedreiro.
- 63** É classificado como segurado especial a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral (garimpo), em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
- 64** O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios é aplicável tanto para a Seguridade Social quanto para a Previdência Social, sendo que em ambas as situações, busca-se a preservação do valor nominal do benefício concedido.
- 65** Por definição, são segurados obrigatórios da previdência social classificados na qualidade de segurado especial, a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros.

- 66** O crime de apropriação indébita previdenciária consiste em suprimir ou reduzir contribuição previdenciária e qualquer acessório.
- 67** Conforme determinação legal, mantém-se a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social. O período de graça apresentado será prorrogado em mais doze meses no caso de desemprego involuntário, com a devida comprovação perante o Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a legislação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- 68** De acordo com o texto constitucional, a Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, de forma indireta e pelos recursos provenientes dos orçamentos da União, do Estados, do Distrito Federal, do Municípios e das Contribuições Sociais, de forma direta.
- 69** Constituem outras receitas da Seguridade Social, entre outras: as multas, a atualização monetária e os juros moratórios e 60 % do resultado dos leilões dos bens apreendidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 70** A proteção previdenciária aos trabalhadores rurais iniciou-se com o FUNRURAL, na década de 60, entretanto, a previsão de uniformidade de benefícios entre trabalhadores urbanos e rurais somente surgiu com a Constituição Federal de 1988.

Maria solicitou à previdência social auxílio-acidente, não decorrente de acidente de trabalho, mas seu pedido foi indeferido sob o fundamento de que ela não teria cumprido o tempo de carência legalmente estabelecido. Seis anos depois do pedido, ela ingressou com uma ação previdenciária para o recebimento do referido benefício.

Considerando essa situação hipotética, à luz das normas vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item.

- 71** O direito de ação perseguido por Maria ao ajuizar a ação previdenciária está prescrito, visto que se passaram mais de cinco anos desde a negativa administrativa do pedido de concessão do benefício.

Manoel Simplício, com cinquenta e cinco anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição como empresário, compareceu a uma agência da previdência social para requerer sua aposentadoria. Após análise, o INSS indeferiu a concessão do benefício sob os fundamentos de que ele já era beneficiário de pensão por morte e que não tinha atingido a idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição.

A respeito da situação hipotética apresentada e de aspectos legais a ela relacionados, julgue o item subsequente.

- 72** O direito de Manoel Simplício não está sujeito ao prazo decadencial decenal, pois este é aplicável somente nas hipóteses de pedido revisional de benefício previamente concedido.
- 73** Um segurado da previdência social, filiado em 05/04/2011, sofreu acidente de trabalho em 04/06/2011. Em 04/07/2011, lhe foi concedido, pelo INSS, auxílio-doença, contabilizado desde a data do seu acidente até o dia 05/07/2012. Em 05/01/2020, o INSS revisou o ato administrativo de concessão desse benefício.
- 74** A empresa Beta S.A. declarou as contribuições previdenciárias incidentes sobre o seu lucro no prazo previsto na legislação, entretanto, não efetuou nenhum pagamento referente a essas contribuições. Nessas condições, podemos afirmar que o termo inicial do prazo decadencial de 5 anos para o fisco constituir o crédito tributário é de 5 anos contados da data do fato gerador.

Com referência à manutenção da qualidade de segurado e à justificação administrativa, julgue.

- 75** Raimunda, segurada da previdência social, conviveu em regime de união estável com Cláudio por doze anos, até falecer. Raimunda não inscreveu Cláudio como seu dependente previdenciário. Nessa situação, caso o INSS exija prova da união estável para a concessão de benefício, Cláudio poderá utilizar-se da justificação administrativa.

Vespasiano constituiu uma empresa individual para criação e desenvolvimento de sistemas informatizados, contratando quatro empregados. Decorrido o primeiro ano de funcionamento, Vespasiano não conseguiu atingir o faturamento planejado no início, acumulando dívidas com fornecedores e contraindo empréstimos bancários. Assim, para dar sobrevida ao empreendimento decidiu, durante seis meses, descontar as contribuições previdenciárias de seus empregados sem que houvesse o devido recolhimento aos cofres da previdência social. Nessa situação, quanto aos crimes contra a previdência social, julgue o item a seguir.

76 Se os valores das contribuições previdenciárias não fossem descontados nas remunerações dos empregados, embora não tivessem sido realizados os recolhimentos devidos à previdência social, Vespasiano não responderia pela prática do delito de apropriação indébita previdenciária.

Celsa, proprietária de uma sorveteria situada em uma cidade litorânea, adquiriu, de forma financiada, dois novos freezers para seu estabelecimento comercial. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas da sorveteria, e o seu faturamento tornou-se insuficiente para arcar com todas as despesas. Diante dessa situação e visando honrar com o pagamento das prestações dos freezers, Celsa deixou de repassar à previdência social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do estabelecimento, no prazo e na forma legal, tendo incorrido em crime contra seguridade social. Tendo como referência essa situação hipotética e com base nas disposições legais a respeito dos crimes contra a seguridade social, julgue.

77 A conduta de Celsa configura crime de apropriação indébita previdenciária, para o qual a pena prevista é reclusão e multa.

78 Quanto ao crime de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informação, é correto afirmar que a consumação independe da ocorrência de efetivo prejuízo para a Administração Pública.

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

79 Ao se utilizar do método de interpretação teleológico o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

80 O Benefício de Prestação Continuada – BPC, garante um salário-mínimo mensal a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e a pessoa com deficiência que comprovem não dispor de meios para prover a manutenção de sua vida, e tampouco tê-la provida pela própria família. A pessoa com deficiência pode atuar como aprendiz e não haverá suspensão do benefício desde que o recebimento concomitante não ultrapasse 1 exercício fiscal.

Acerca da legislação sobre acidente de trabalho e doença profissional, julgue.

81 O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em razão de incêndio, não será considerado acidente de trabalho em virtude de não ter relação direta com as atividades desempenhadas.

A respeito de acidente de trabalho e doença do trabalho, julgue o item seguinte.

82 Em caso de morte por acidente de trabalho, a empresa deverá comunicar o fato à autoridade competente no primeiro dia útil após a emissão do atestado de óbito.

A respeito do regime geral da previdência social (RGPS), julgue o item que se segue, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

83 Os genitores de segurado do RGPS serão seus dependentes independentemente de comprovação da dependência econômica.

84 Podem ser considerados dependentes somente quando não houver irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

85 Os benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença independem de carência quando originários de causa acidentária de qualquer natureza.

Tendo em vista que, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, julgue o item subsequente.

86 A CF prevê a possibilidade da adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial aos segurados portadores de deficiência.

87 A idade do segurado, embora não configure requisito concessório, influencia o cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que seja inaplicável, na hipótese, o fator previdenciário.

88 O segurado especial terá direito a aposentadoria por idade com requisito diferenciado, desde que comprove o exercício da atividade rural por tempo igual ao número de meses exigidos para a carência do benefício.

Elias, casado com Tereza desde 10/1/2018, é segurado do regime geral de previdência social desde 1/7/1989, na qualidade de contribuinte individual. Ele pretende solicitar ao INSS, em 1/7/2020, dia do seu aniversário de cinquenta anos, sua aposentadoria por tempo de contribuição e idade.

Considerando essa situação hipotética e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item que se segue.

89 Na data de seu referido aniversário, Elias ainda não terá cumprido os requisitos para começar a receber aposentadoria por tempo de contribuição e idade.

Considerando a legislação nacional sobre doença e acidente de trabalho no contexto da seguridade social, julgue o item subsecutivo.

90 O trabalhador que sofrer perda de audição fará jus ao auxílio-acidente, bastando, para isso, o reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença.

91 Josenildo, solteiro, maior de idade e capaz, é gerente de uma loja há mais de sete anos e recebe salário mensal equivalente a cinco salários-mínimos. Por ter cometido crime e ter sido condenado a pena de cinco anos de reclusão, ele iniciou, na presente semana, o cumprimento dessa pena. Nessa situação, Josenildo terá direito de receber o benefício previdenciário denominado auxílio-reclusão durante todo o período de cumprimento da pena.

92 O benefício de aposentadoria especial previsto na Lei n. 8.213/1991, será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após 20, 25 e 30 anos de contribuição, respectivamente.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Acerca da seguridade social, julgue o item subsequente.

93 O STF reconhece a união homoafetiva como entidade familiar e, conseqüentemente, assegura ao(à) companheiro(a) da pessoa segurada a qualidade de dependente para fins previdenciários.

94 Classifica-se como segurado empregado, aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, por prazo não superior a seis meses, prorrogável, presta serviço para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas, na forma da legislação própria.

95 Atualmente, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) segue a sistemática do regime de repartição simples, que é aquele onde os trabalhadores contribuem para o sistema previdenciário, financiando os benefícios daqueles que se encontram inativos.

96 Para todos os segurados, a filiação não depende de um ato formal praticado entre o segurado e a autarquia previdenciária, ou seja, estamos diante do Princípio da Automaticidade da Filiação, uma vez que essa independe da vontade do segurado.

97 Conforme determina a melhor doutrina pátria, o marco inicial da relação previdenciária entre o cidadão e o INSS ocorre com a inscrição do indivíduo junto ao RGPS.

98 Os benefícios previdenciários do RGPS têm assegurado o reajustamento periódico de seus valores, com objetivo de preservar, em caráter permanente, o valor nominal da data de sua concessão.

99 O segurado que preencher os requisitos para a aposentadoria por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário (FP) no cálculo de sua aposentadoria quando o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição, incluídas as frações, na data de requerimento da aposentadoria, for (para o ano de 2016): a) igual ou superior a 95 pontos, se homem, observando o tempo mínimo de contribuição de 35 anos, ou; b) igual ou superior a 85 pontos, se mulher, observando o tempo mínimo de contribuição de 30 anos.

- Igual ou superior a 95 pontos, se homem, observando o tempo mínimo de contribuição de 35 anos, ou;
- Igual ou superior a 85 pontos, se mulher, observando o tempo mínimo de contribuição de 30 anos.

100 Tadeu era segurado do RGPS na qualidade de contribuinte individual e veio a falecer, deixando sua esposa Ana Tereza e dois filhos, Fábio e Sandra. Fábio possui 23 anos e está cursando o ensino superior, já Sandra possui 19 anos e não é emancipada. Além disso, Tadeu tinha uma irmã, Celsa, que dependia economicamente dele e possui 20 anos de idade. Nessas condições, podemos afirmar que a pensão por morte será rateada em parte iguais por Ana Tereza, Fábio e Sandra.

Acerca da contagem recíproca de tempo de serviço, custeio previdenciário e regime geral de previdência social (RGPS), julgue.

101 Havendo contagem recíproca de tempo de serviço para efeito de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, esse benefício será concedido e pago pelo regime de previdência em que o segurado contenha o maior tempo de contribuição.

Celsa solicitou à previdência social auxílio-acidente, não decorrente de acidente de trabalho, mas seu pedido foi indeferido sob o fundamento de que ela não teria cumprido o tempo de carência

legalmente estabelecido. Seis anos depois do pedido, ela ingressou com uma ação previdenciária para o recebimento do referido benefício.

Considerando essa situação hipotética, à luz das normas vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item.

102 Como a concessão de auxílio-acidente independe de tempo de carência, a decisão administrativa de indeferimento foi incorreta.

Claiton, com sessenta e cinco anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição como empresário, compareceu a uma agência da previdência social para requerer sua aposentadoria. Após análise, o INSS indeferiu a concessão do benefício sob os fundamentos de que ele já era beneficiário de pensão por morte.

A respeito da situação hipotética apresentada e de aspectos legais a ela relacionados, julgue o item subsequente.

103 Caso, posteriormente, o INSS conceda o benefício, judicial ou administrativamente, a renda mensal inicial do benefício de Claiton será de 80% do salário-de-benefício.

104 A cota do salário-família devida a empregado que possua filhos com idade igual ou inferior a quinze anos será proporcional aos dias por ele trabalhados nos meses de sua admissão e demissão.

105 A renda mensal inicial do salário-maternidade para a segurada empregada corresponde à sua remuneração integral e será paga pela empresa, observada a compensação com o INSS.

Tonho do Sol, casado com Mariluz desde 10/1/2018, é segurado do regime geral de previdência social desde 1º/7/1989, na qualidade de contribuinte individual. Ele pretende solicitar ao INSS, em 1º/7/2019, dia do seu aniversário de cinquenta anos, sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Considerando essa situação hipotética e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue.

106 Considerando-se o tempo de casados de Tonho do Sol e Mariluz, caso ele venha a falecer por qualquer motivo em junho de 2019, ela não terá direito à pensão por morte.

107 São benefícios que poderão ser prestados a todas as categorias de segurados do RGPS aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e tempo de contribuição, auxílio-doença e o salário maternidade.

108 Os beneficiários de aposentadoria por invalidez do Regime Geral de Previdência social devem se submeter a exame médico a cargo da Previdência Social periodicamente, estando dispensados de tais exames após completarem 60 (sessenta) anos de idade.

109 Bruna é empregada doméstica na casa de Celsa e sofreu um acidente de moto durante o percurso de sua casa para o trabalho. Em decorrência de tal evento, Bruna ficou incapacitada temporariamente para o seu trabalho por mais de 15 dias consecutivos. O benefício de auxílio-doença de Bruna será devido a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, devendo Celsa pagar o salário integral de Bruna durante os primeiros quinze dias consecutivos ao afastamento da atividade por motivo de doença

110 Em se tratando de prestações de aposentadorias do RGPS, o salário-de-benefício será: Multiplicado pelo fator previdenciário, obrigatoriamente, nas aposentadorias por tempo de contribuição e especial.

Seguridade Social (LOAS)

Ravan

Considerando a CF e a LOAS, no que tange a assistência social como política pública, julgue os seguintes itens.

111 A Constituição Federal de 1988 trata da assistência social sem contudo conceituá-la, já a LOAS, define: a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

112 A Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e o Serviço Social são sinônimos, tendo o mesmo significado jurídico e social, assim, atuam respeitando os princípios da supremacia da necessidade social, universalização dos direitos sociais, dentre outros que regem a assistência social em todo Brasil.

Posto isso, a questão fica errada, pois ela informa que são sinônimos e de fato não são. Desse modo, o candidato deve ficar atento e sempre lembrar a assistência social é um direito, a PNAS é a materialização desse direito e o Serviço Social é um curso superior que forma um profissional denominado Assistente Social.

Considerando a LOAS, no que tange a assistência social como política pública, julgue os seguintes itens.

- 113** A assistência social tem dentre seus objetivos a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício previdenciário mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- 114** Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. Sendo assim, são de assessoramento, aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, respeitadas as deliberações do CNAS.
- 115** O SUAS tem dentre seus objetivos integrar a rede única de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, ele é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações beneficentes de assistência social abrangidas pela LOAS.
- 116** As proteções sociais, básica e especial, tanto de média quanto de alta complexidade, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social que atuam no atendimento, no assessoramento e na defesa de direitos.
- 117** O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo
- 118** Em 2013, a LOAS passa por uma grande reforma trazida pela conhecida lei do SUAS, dentre vários avanços sociais está a atuação acerca da proteção social que se dá em 2 (dois) tipos: proteção social básica e especial.
- 119** O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos na LOAS.
- 120** Em razão do estado de calamidade pública legalmente reconhecido e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), o critério de aferição da renda familiar mensal per capita previsto para a concessão do BPC, poderá ser ampliado para até 1/2 (meio) salário-mínimo

App

GRAN QUESTÕES



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

» E, com **mais de 1 milhão de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 340 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

